

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 05/2012

Disponibilização: 12 de março de 2012

Período abrangido: 27 de fevereiro a 9 de março de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **VETERINÁRIA**
- 4. AMBIENTE**
- 5. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
- 6. COMÉRCIO**
- 7. EDUCAÇÃO**
- 8. ENERGIA**
- 9. FINANÇAS**
 - **ACTIVIDADE SEGURADORA**
 - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
- 10. GOVERNO**
- 11. IGUALDADE DE GÉNERO**
- 12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR**
- 13. JUSTIÇA**
- 14. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **AÇORES**
 - **MADEIRA**

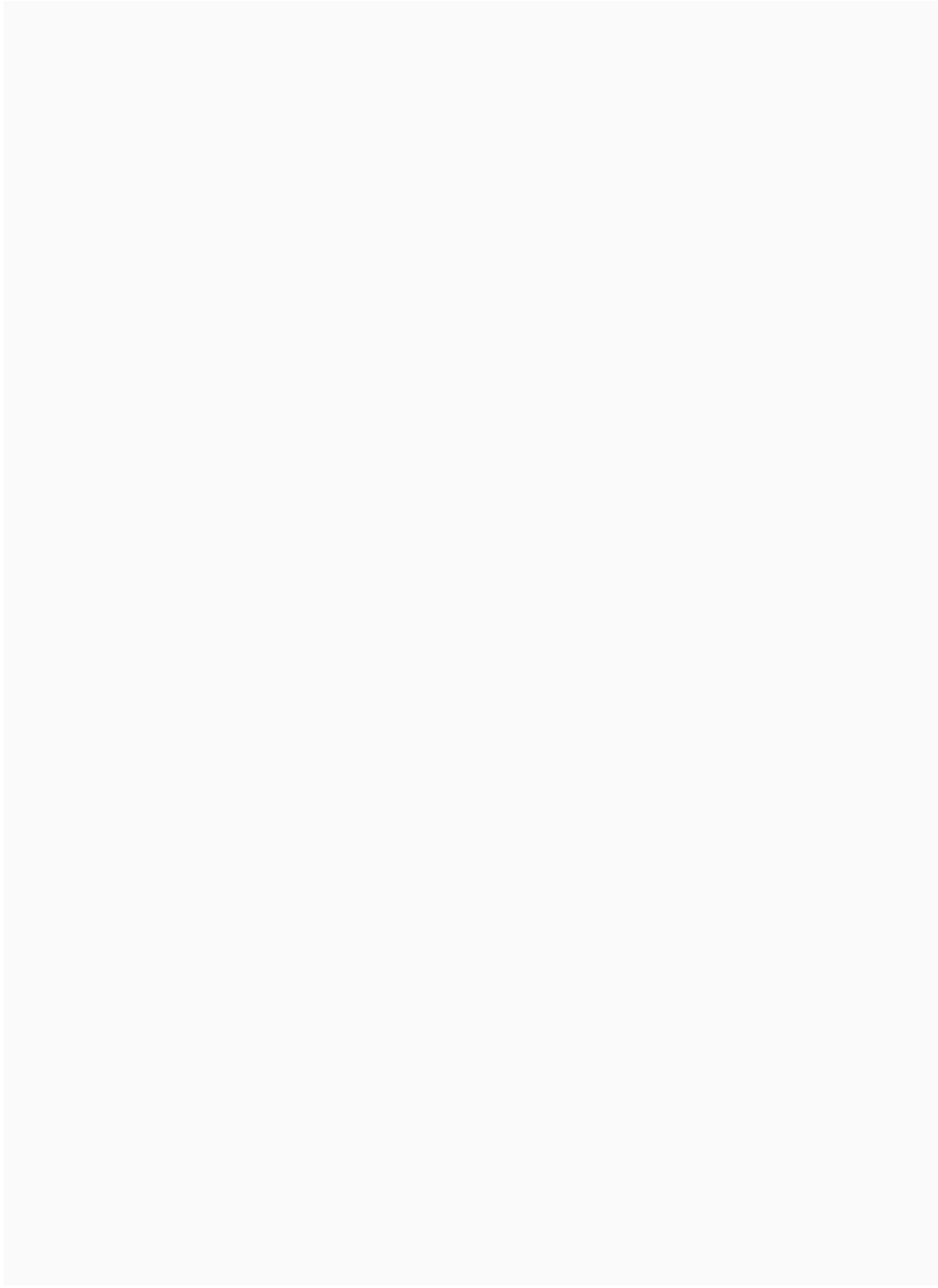
15. SAÚDE

16. TRABALHO

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**

18. TURISMO E LAZER



1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Lei n.º 10/2012, de 29 de fevereiro

(Assembleia da República)

Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 2843/2012, de 28 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)

SIOE-DGAL - Carregamento de dados trimestral e semestral

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2012, de 9 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova um conjunto de obrigações de reporte de informação para efeitos de determinação do plano de redução de trabalhadores na administração central do Estado e de acompanhamento e controlo da respetiva execução

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **VETERINÁRIA**

Despacho n.º 2779/2012, de 27 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direção-Geral de Veterinária)

Aprovação dos preços dos serviços e das determinações analíticas realizados pela Direção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 2780/2012, de 27 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direção-Geral de Veterinária)

Campanha de vacinação e identificação eletrónica de cães e gatos

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 51/2012, de 6 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º2009/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa ao cumprimento das obrigações do Estado de bandeira, destinada a reforçar a segurança marítima e a prevenção da poluição causada por navios, mediante a adopção de um conjunto de regras a serem seguidas pelos Estados de bandeira em várias circunstâncias da exploração dos navios, aumentando a transparência e qualidade da atuação das suas administrações marítimas e o controlo sobre os navios das suas bandeiras

Portaria n.º 152/2012 de 9 de março

(Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Fixa o perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o número HM-36 de cadastro e a denominação Termas da Sulfúrea

5. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Despacho n.º 3520/2012 de 9 de março

(Ministérios da Economia e do Emprego, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Afetação de verba ao financiamento dos produtos de apoio para pessoas com deficiência

6. COMÉRCIO

Portaria n.º 52/2012, de 2 de março

(Ministério das Finanças)

Altera os modelos de estampilha especial para a selagem das bebidas espirituosas, constantes do anexo I da Portaria n.º 1631/2007, de 31 de dezembro

Portaria n.º 53/2012, de 5 de março

(Ministério das Finanças)

Quarta alteração à Portaria n.º 1295/2007, de 1 de outubro, que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional

Decreto-Lei n.º 53/2012, de 8 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º2010/68/UE, da Comissão, de 22 de Outubro de 2010, que substitui o anexo A da Diretiva n.º96/98/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro de 1996, relativa às normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar

em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2004, de 23 de Janeiro

7. EDUCAÇÃO

Deliberação n.º 257/2012, de 27 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura de 2012

8. ENERGIA

Portaria n.º 48/2012, de 27 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais

9. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 2/2012-R, de 5 de março

(Instituto de Seguros de Portugal)

Approva a Apólice Uniforme do Seguro de Colheitas para Portugal Continental

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Declaração n.º 55/2012, de 9 de março

(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Orçamento)

Mapas da lei com Orçamento corrigido do 4.º trimestre de 2011

10. GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2012, de 9 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a venda do Pavilhão Atlântico

11. IGUALDADE DE GÉNERO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas

12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

Portaria n.º 54/2012, de 5 de março

(Ministério da Administração Interna)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Administração Interna

13. JUSTIÇA

Acórdão n.º 20/2012, de 27 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 200.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro), quando interpretada no sentido de não ser impugnável a decisão administrativa de manutenção do recluso em regime de segurança

Acórdão n.º 21/2012, de 27 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 30.º, n.º 1, alíneas b) e c), 264.º, n.º 5, e 269.º, n.º 1, alínea f), do Código de Processo Penal, quando interpretadas no sentido de que o Ministério Público tem competência para, em fase de inquérito, determinar a separação processual com fundamento nas razões previstas nas alíneas b) e c) do artigo 30.º do Código de Processo Penal, quando o juiz de instrução foi já chamado a aí tomar decisões

Acórdão n.º 24/2012, de 27 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma constante do artigo 3.º da Lei n.º 14/2009, de 1 de abril, na medida em que manda aplicar, aos processos pendentes à data da sua entrada em vigor, o prazo previsto na nova redação do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, aplicável por força do artigo 1873.º do mesmo Código

Deliberação (extrato) n.º 354/2012, de 07 de março

(Conselho Superior da Magistratura)

Regulamento do Quadro Complementar de Juizes

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 89/2012, de 9 de março

(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do artigo 24.º, n.ºs 3 e 4; do artigo 36.º, n.º 2, 2.ª parte; do artigo 42.º, n.º 5, 2.ª parte, todos do Regulamento Nacional de Estágio da Ordem dos Advogados (Regulamento n.º 52-A/2005, de 1 de agosto), na redação que lhes foi conferida pela Deliberação n.º 3333-A/2009, de 16 de dezembro, do Conselho Geral da Ordem dos Advogados

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2012/A, de 1 de março

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Resolve aprovar a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2010

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 10/2012/A, de 1 de março

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Pronuncia-se a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção da Comarca do Nordeste e do respetivo Tribunal Judicial

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 14/2012/M, de 7 de março

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Designa o representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira na Comissão Coordenadora do Serviço Regional de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 88/2012, de 8 de março

(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 1.º a 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2010/M, de 9 de dezembro. Declara a inconstitucionalidade consequente dos artigos 16.º, n.ºs 1 e 2, 17.º, n.º 1, e 18.º do mesmo diploma regional

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 17/2012/M, de 9 de março](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Recomenda ao Governo da República a regulamentação do subsídio de mobilidade do transporte marítimo entre o continente português e a Região Autónoma da Madeira

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 18/2012/M, de 9 de março](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Recomenda ao Governo da República a revisão do subsídio de mobilidade no transporte aéreo e marítimo entre o continente português e a Região Autónoma da Madeira

15. SAÚDE

[Resolução da Assembleia da República n.º 25/2012, de 1 de março](#)

(Assembleia da República)

Sobre a disponibilização do Vyndaquel (Tafamidis) aos doentes com paramiloidose

[Resolução da Assembleia da República n.º 26/2012, de 1 de março](#)

(Assembleia da República)

Recomenda urgência na avaliação do Tafamidis, para efeitos de introdução no Serviço Nacional de Saúde

[Resolução da Assembleia da República n.º 27/2012, de 1 de março](#)

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que, com carácter de urgência, adote as medidas necessárias para disponibilizar o medicamento Tafamidis a todos os portadores de paramiloidose com indicação terapêutica para tratamento, sem custos para os doentes

[Lei n.º 11/2012, de 8 de março](#)

(Assembleia da República)

Estabelece as novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto

[Despacho n.º 3520/2012 de 9 de março](#)

(Ministérios da Economia e do Emprego, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Afetação de verba ao financiamento dos produtos de apoio para pessoas com deficiência

16. TRABALHO

[Portaria n.º 48/2012. de 27 de fevereiro](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no setor da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais

Portaria n.º 50/2012, de 28 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no âmbito da área do Turismo e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2012, de 9 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, com o objetivo de acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego

Portaria n.º 55/2012, de 9 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**

Decreto-Lei n.º 50/2012, de 2 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º2009/20/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa ao seguro dos proprietários de navios em matéria de créditos marítimos, destinada a garantir uma melhor proteção das vítimas de acidentes e a contribuir para a exclusão das águas sob jurisdição dos Estados membros da União Europeia dos navios que não estejam em conformidade com as normas e regras aplicáveis

Decreto-Lei n.º 51/2012, de 6 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º2009/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa ao cumprimento das obrigações do Estado de bandeira, destinada a reforçar a segurança marítima e a prevenção da poluição causada por navios, mediante a adopção de um conjunto de regras a serem seguidas pelos Estados

de bandeira em várias circunstâncias da exploração dos navios, aumentando a transparência e qualidade da atuação das suas administrações marítimas e o controlo sobre os navios das suas bandeiras

Decreto-Lei n.º 52/2012, de 7 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de Julho, transpondo a Diretiva n.º 2009/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, que altera a Diretiva n.º 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2002, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios

18. TURISMO E LAZER

Portaria n.º 50/2012, de 28 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no âmbito da área do Turismo e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais